



Executivo tenta municiar senadores governistas da CPI da Covid para os depoimentos dos ex-ministros Ernesto Araújo e Eduardo Pazuello, que preocupam o presidente Jair Bolsonaro. Ataques à China, erros na compra de vacinas e indicação de cloroquina estão no foco do colegiado

Planalto prepara armas para uma semana dura

» SARAH TEÓFILO
» JORGE VASCONCELLOS

Assessores do Palácio do Planalto passaram o fim de semana compilando informações para dar subsídio aos quatro senadores da CPI da Covid que atuam na linha de frente de defesa do governo. A finalidade é municiá-los para dois depoimentos que preocupam o presidente Jair Bolsonaro: do ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo, que ocorre hoje, e do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello, marcado para amanhã e que causa mais apreensão.

Os senadores que atuam na linha de frente do governo são Ciro Nogueira (PP-PI), Marcos Rogério (DEM-RO), Jorginho Mello (PL-SC) e Eduardo Girão (Podemos-CE). A estratégia é tentar tirar o foco do governo federal e passar para os estados e municípios. Na última quinta-feira, por exemplo, Girão tentou convocar a subprocuradora-geral da República, Lindôra Araújo, responsável por investigações envolvendo os governadores. O procurador-geral, Augusto Aras, interveio, e o parlamentar não obteve sucesso. Também não conseguiu convencer os colegas a convocar o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Maiurino, para falar sobre apurações envolvendo os governos estaduais.

Essa estratégia vai se estender até para as narrativas. Pazuello será amplamente questionado sobre as orientações do Ministério da Saúde para uso de cloroquina no chamado "tratamento precoce" em pacientes com covid-19. Os parlamentares da base tentaram remeter para os gestores estaduais e municipais a responsabilidade sobre a distribuição e uso do medicamento, como fica claro em declarações de Marcos Rogério.

Marcos Rogério afirmou, ontem, que o uso e a recomendação da cloroquina para combater a covid-19 partiram de estados e municípios, e não do governo federal. "Estão falando

Evaristo Sa/AFP - 2/3/21



Depoimento de Araújo está marcado para hoje: atuação da pasta teria criado dificuldades ao Brasil na compra de imunizantes

na cloroquina só na perspectiva do governo (federal), mas quem usou a cloroquina e quem recomendou foram os estados", disse ao *Correio*. O senador pontuou que Bolsonaro era e é, "em certa medida", um defensor do remédio, "mas a questão é que os estados fizeram uso, distribuíram". Conforme ele, "quem deu fluxo" à distribuição do chamado "kit covid" foram os entes federativos.

O governo tem tentado se distanciar, há meses, da cloroquina. Em janeiro deste ano, Pazuello chegou a dizer que não autorizou o ministério a produzir protocolos indicando medicamentos contra covid-19. Em maio do ano passado, entretanto, assim que o general assumiu como interino, o ministério elaborou um protocolo que orientava o uso do remédio, que não tem

comprovação científica no tratamento da doença. Além de culpar os governos estaduais, os governistas devem explorar a tese de que a cloroquina e outros medicamentos do "kit covid" são recomendados por técnicos e médicos.

Estratégia

Em relação ao depoimento de Ernesto Araújo, uma das estratégias será dizer que não cabia ao Itamaraty a aquisição de vacinas e que a compra estava difícil devido à conjuntura internacional.

Senadores vão questionar o ex-chanceler sobre as ações diplomáticas que foram executadas para assegurar o acesso do Brasil aos imunizantes. Também estão entre os alvos as desavenças públicas que teve com autoridades chinesas. Esses problemas diplomáticos têm sido apontados como obstáculos para o país receber os insumos

necessários à produção de vacinas contra a covid-19.

Araújo também deve ser perguntado sobre o posicionamento adotado pelo Brasil, na Organização Mundial do Comércio (OMC), contra a quebra de patentes de imunizantes. Com essa decisão, o país rejeitou a proposta da Índia e da África do Sul, que defendem a quebra de patentes para que mais nações possam produzir vacinas e medicamentos genéricos contra o novo coronavírus — a Índia é uma das principais fontes de matéria-prima de que o Brasil precisa para produzir imunizantes. A postura do Itamaraty nessa questão, que inviabilizou um acordo na OMC, fez parte do alinhamento do atual governo com o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Outro assunto do interesse de senadores da CPI é a viagem que uma comitiva de 10 pessoas, chefiada por Araújo, fez a Israel entre 6 e 10 de março. Oficialmente, o objetivo foi conhecer um spray nasal contra o novo coronavírus, em desenvolvimento naquele país. O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, fez parte da viagem, que ficou conhecida como "Covid Tour".

Preocupação

Pazuello, que depõe na quarta-feira, terá direito a ficar em silêncio sobre questões que venham a incriminá-lo, conforme o habeas corpus que conseguiu no Supremo Tribunal Federal (STF), mas é obrigado a revelar "tudo o que souber ou tiver ciência" sobre fatos relacionados a terceiros. A preocupação, então, é de que ele seja muito pressionado a fazer relatos que podem implicar Bolsonaro.

A estratégia para não se incriminar e livrar o presidente será culpar a burocracia do Ministério da Saúde, afirmando sempre que é uma pandemia nunca antes enfrentada, que o mundo todo ficou perplexo e sem saber como agir. Em relação ao isolamento social, como o governo já tem feito, o general deve ressaltar a autonomia dos governadores e prefeitos, algo que será ressaltado sempre pelos parlamentares da base.

Agenda da CPI

DEPOIMENTOS
Hoje
» 9h Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Exteriores
» Foco principal: explicará a condução da diplomacia na crise sanitária. A avaliação é de que a atuação do chanceler prejudicou a compra de vacinas, principalmente pelos ataques à China
Amanhã
» 9h Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde
» Foco principal: foi o titular da pasta que mais tempo ficou no cargo, por 10 meses, e exercia a função quando a Pfizer fez a oferta de 70 milhões de doses de vacina para o Brasil, assim como na crise da falta de oxigênio em Manaus
Quinta-feira
» 9h Mayra Pinheiro, secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde
» Foco principal: responderá sobre a defesa de medicamentos antivirais durante a crise de oxigênio em Manaus

Anderson Riedel/PR - 15/6/20



Mayra Pinheiro, chamada de "Capitã Cloroquina", pede ao Supremo o direito de ficar em silêncio na CPI

Gilmar Mendes vai relatar HC de Mayra Pinheiro

» RENATO SOUZA

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi sorteado relator de um habeas corpus apresentado por Mayra Pinheiro, conhecida como "Capitã Cloroquina", para não responder a perguntas na CPI da Covid que possam incriminá-la. O depoimento dela está marcado para quinta-feira. Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde, a médica foi uma das principais vozes a favor do uso do medicamento, mesmo com estudos atestando que o remédio não tem eficácia no tratamento contra a doença. O magistrado pediu ao presidente da Corte, Luiz Fux, que defina se é ele quem deve decidir sobre o HC.

No pedido apresentado ao Supremo, Mayra Pinheiro alega a existência de um clima de "agressividade" por parte dos senadores nas oitivas. Ela pede para ter direito ao silêncio no depoimento. Esse tipo de salvaguarda é concedido, geralmente, a quem está sendo investigado pelo colegiado, mas a médica vai depor na condição de testemunha. A secretária também solicita que seja tratada com "urbanidade" e que possa levar os advogados.

Na semana passada, o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello obteve na Corte um habeas corpus, deferido pelo ministro Ricardo Lewandowski, para não ser obrigado a responder a perguntas que possam incriminá-lo. O caso do general, porém, é dife-

rente. Ele é alvo de um inquérito aberto pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para investigar responsabilidades pela crise da falta do oxigênio em hospitais de Manaus, que levou dezenas de pacientes à morte.

Mendes enviou o pedido de HC a Fux, para que ele decida quem deve relatá-lo, tendo em vista que Lewandowski julgou o pedido de Pazuello. "Remetam-se os autos à Presidência desta Corte para verificação de eventual prevenção, tendo em vista a Relatoria do eminente Min. Ricardo Lewandowski no HC 201.912 e potencial risco de decisões contraditórias nos casos concretos envolvendo situações fáticas semelhantes", argumentou o magistrado.